

A identificação dos valores patrimoniais: Centro da Cidade de Fortaleza

Gérsica Vasconcelos GOES
Contato: gersicavg@gmail.com

História da Cidade e do Urbanismo

1 INTRODUÇÃO

A partir da década de 1930, a temática acerca da proteção do patrimônio cultural brasileiro passa a ser tratada sob o aspecto institucional. A Constituição de 1934, por exemplo, estabelece normativas tornando como uns dos objetivos da União, a proteção da memória contida nos elementos históricos e culturais.

É nessa conjuntura que o SPHANⁱ (Serviço de Proteção Histórico Artístico Nacional) é fundado em 1937, se constituindo como o órgão federal responsável pela salvaguarda dos bens de interesse da história brasileira. Uma das primeiras ações da instituição foi dar início ao processo de tombamento como sítios históricos de algumas cidades mineirasⁱⁱ.

É importante ressaltar que o país se encontrava em um momento de reconhecimento e valorização do que se acreditava ser genuinamente da cultura nacional. Desta forma, o ideário preconizado pela instituição SPHAN,

orientado pela presença de um grupo de intelectuais modernistas apresentava a arquitetura e o urbanismo colonial como elementos representativos da identidade brasileira. Portanto, não cabia a proteção patrimonial sob as demais cidades que não contemplavam esse caráter.

Na década de 1950, com a crescente industrialização, as áreas mais antigas das cidades e os conjuntos ditos históricos passam a sofrer pressões como consequência das transformações geradas pelo modelo de modernização desenfreado, a demandar novas áreas para a instalação de seus equipamentos. Nesse panorama, o SPHAN identificou a necessidade de ampliar o número de bens a serem protegidos, evitando o iminente desaparecimento desse patrimônio.

Durante as décadas de 1960 a 1980, todavia, o modelo de preservação brasileira permaneceu nas mesmas premissas dos fundadores do SPHAN, no sentido de

proteger somente aqueles equipamentos vinculados a arquitetura colonial brasileira e aos princípios modernistas por serem consideradas produções que atestavam o caráter de identidade nacional. Somente na década de 1980, que esse paradigma foi mudado e outros bens puderam ser inseridos no rol das produções dignas de serem preservadas para as gerações futuras, como afirma Sant’anna (2004):

Redefiniu-se, no período, o conteúdo do valor histórico das áreas constituídas como patrimônio, passando-se a selecioná-las não mais como apenas monumentos artísticos, mas como documentos de processos históricos, econômicos e sociais de produção do espaço urbano. (...). O valor artístico e monumental deixou de presidir os critérios de seleção, dando lugar à capacidade de determinado objeto concentrar, em si, informações históricas. (SANT’ANNA, 2004, p.29)

Diante desses debates e de pesquisas sobre o tema, novos horizontes, novos programas governamentais de proteção surgiram e isso foi rebatido nos fóruns e encontros internacionais. A partir desse cenário, nas décadas de 1980 e 1990, o conceito de patrimônio foi ampliado, passando a contemplar todos os elementos que representaram importância para a construção da memória da cidade, entendida como “Documento”.

No Ceará, no final da década de 1990 e começo dos anos 2000, algumas cidades que foram de fundamental importância para formação territorial do estado, tiveram reconhecimento no âmbito nacional ao serem considerados sítios históricos. São quatro ao todo: Aracati, Icó, Sobral e Viçosa do Ceará. Deste quadro, as três primeiras têm o seu desenvolvimento socioeconômico vinculado a princípio, à pecuária, e posteriormente ao desenvolvimento do binômio-gado-algodão. A última tem o seu processo histórico atrelado à presença de uma missão jesuítica.

A cidade de Fortaleza, apesar de ser sede administrativa, possui uma importância socioeconômica diminuta nesse contexto, pois era no sertão cearense aonde residia o centro da atividade econômica. Além disso, o Ceará administrativamente ainda era dependente de Pernambuco, portanto muitos dos equipamentos necessários para o controle da cidade, só foram instalados em Fortaleza, a partir da sua emancipação político-administrativa ocorrida na última década do século XVIII.

Desde o início das transações diretas com Lisboa, por volta de 1803, a administração da Capitania dota a vila de infra-estrutura para as transações mercantis: são feitos estudos do porto e construção de mole. Para controlar o movimento das mercadorias instala-se alfândega e cuida-se do prédio da Tesouraria da

Fazenda. No que se refere às transações internas, constrói-se mercado público e regula-se a realização de feiras semanais. Inaugura-se na vila uma repartição de correio, agregada à Tesouraria da Fazenda, possibilitando, com os limitados recursos da época, ligar a vila-capital com outras vilas e as unidades de produção. (LEMENHE, 1991, p.62)

O processo de hegemonia de Fortaleza como o principal núcleo político-administrativo e econômico cearense - e, por conseguinte, com rebatimento no espaço urbano - foi iniciado em meados do século XIX e consolidado na segunda metade do referido século. Esse fenômeno teve como uma das suas principais causas a centralização do escoamento da produção para o mercado externo, que antes se desenvolvia em Aracati, porto escoador da produção pecuarista advinda das áreas de produção sertanejas. Esta região foi paulatinamente perdendo investimentos provenientes da capital, consequentemente, tendo sua importância econômica reduzida.

Neste sentido, identifica-se um maior investimento de capital na estrutura urbana e arquitetônica da cidade, condizente a sua condição de capital. Neste período, foram construídas edificações e equipamentos públicos como a Santa Casa de Misericórdia (1861), Cadeia Pública (1866), Assembleia Legislativa (1871), Estação de Fortaleza da Estrada de Ferro de Baturité (1880), Escola

Normal (1884), Passeio Público (década de 1880 – Antiga Praça dos Mártires), Academia Cearense (1894), Praças do Ferreira, Marquês do Herval e da Sé (1902/1903), Sede Fênix Caixeiral (1905) e Theatro José de Alencar (1910), conjunto este ainda remanescente na estrutura urbana da cidade.

O traçado urbano é outro elemento da forma urbana remanescente da história urbana de Fortaleza. Sobre este traçado é importante ressaltar que o princípio da utilização da quadrícula provém do século XIX, quando o engenheiro Silva Paulet em 1818, elaborou uma proposta de correção do arruamento irregular definido na Planta da Villa e Porto da Fortaleza. Em 1875, Adolfo Herbster, outro engenheiro, elaborou um plano de expansão (Planta Topográfica da Cidade de Fortaleza e Subúrbios). Herbster partiu do traçado original delimitado por Paulet para propor a expansão da malha urbana da cidade. Também foi determinada a criação de três *boulevards* (atuais avenidas Dom Manuel, Duque de Caxias e Imperador), que conectariam a cidade com as estradas de acesso, e seriam também, os limites da área central da cidade. Esse projeto urbano possuía como principal objetivo disciplinar a expansão urbana de Fortaleza, estabelecendo a malha em xadrez como o traçado a ser seguido. Conforme Ponte (2010):

Nesse contexto, o plano de Herbster, com *boulevards* e disciplinarização da malha urbana, surgiu como um dos

itens centrais do conjunto de tentativas para remodelar a Capital, embelezando-a e racionalizando-a. A planta em xadrez, alinhando suas ruas, deixou-a mais transparente ao olhar do vigilante do poder e dos saberes urbanos e tornou-a mais aberta à circulação de seus fluxos (de pessoas, mercadorias, policiais...) (PONTE, 2010, p.29)

Reconhecendo essas permanências, os órgãos de proteção das três instâncias governamentais (municipal – Secultfor – Secretaria de Cultura de Fortaleza, estadual – Secult – Secretaria de Estado de Cultura e federal – Iphan – Instituto do Patrimônio Histórico Nacional), tombaram diversas edificações e equipamentos urbanísticos localizados no centro de Fortaleza, visando à salvaguarda desse conjunto.

O conjunto de interesse patrimonial na área central da cidade possui rico acervo arquitetônico, compreendendo desde edificações representativas do período colonial, como é o caso da Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção (que deu origem ao nome da capital cearense) e a Igreja de Nossa Senhora do Rosário, passando pelo estilo eclético do Teatro José de Alencar aos exemplares modernistas. Neste quadro, chamamos atenção, em particular, para a produção arquitetônica e urbanística do período conhecido como Fortaleza *Belle Époque* (1860-1930). Foi durante esse espaço temporal, que o núcleo urbano adquiriu um requinte e status de

núcleo hegemônico, se destacando no contexto local e nacional.

Apesar desse acervo possuir destaque na área, constituindo elementos dignos de preservação e sendo percebido como um subconjunto histórico que se encontra articulado, não há nenhuma proteção ou um tratamento diferenciado por parte das instâncias governamentais desse espaço urbano.

Nesse sentido, surgem inquietações dos motivos que levaram a Fortaleza não ter sido incluída no rol das cidades cearenses com sítios históricos tombados e/ou reconhecidos como patrimônio nacional.

Entende-se a necessidade da salvaguarda de todo um conjunto de edificações que atualmente se encontram ameaçadas pelo mercado imobiliário, pelo uso inadequado dos equipamentos públicos, pela falta de gestão integrada entre os órgãos governamentais ou pelo o próprio desgaste gerado pela falta de manutenção ou abandono.

Felizmente ocorre um prelúdio de um movimento por parte do poder público municipal de Fortaleza, sob pressão de certos grupos da sociedade, em preservar alguns desses equipamentos históricos construídos no período da Belle Époque como, por exemplo, o Passeio Público, Mercado dos Pinhões, Estoril, Paço Municipal, Sobrado José Lourenço, Solar Carvalho Mota e Antigo

Hotel do Norte, reabilitando espaços anteriormente abandonados. Ressalta-se que todos esses bens se encontram protegidos pelas instâncias governamentais.

Nos últimos dez anos, houve uma notável iniciativa da Prefeitura de Fortaleza, que realizou a recuperação do antigo Paço Municipal e retornou ao lugar em 2010. Atitudes assim trazem vultosos benefícios, pois estimula o uso de bens históricos não só como museus, diversificando a ocupação das edificações.

Outro programa de proteção do patrimônio cultural provém do governo federal, o chamado PACCH (Programa de Aceleração do Crescimento das Cidades Históricas) de 2009, incluiu a cidade de Fortaleza na lista de municípios a serem contemplados com recursos da União para estimular as ações de reabilitação e recuperação de monumentos protegidos pelo Iphan, além de subsídios a reformas em imóveis privados que se encontram em áreas históricas. Porém, salienta-se que não houve uma visão de conjunto urbano para Fortaleza, mas de imóveis isolados com valores patrimoniais.

Apesar dessas iniciativas, proclama-se à necessidade de valorização dos equipamentos históricos culturais por intermédio das políticas públicas corporificadas no Plano Diretor Participativo e sob o impulso das instituições, como o Iphan, a Secultfor, a Secult e Universidades.

Partindo do pressuposto que esse acervo arquitetônico localizado na área central possui fundamental importância para a formação territorial da cidade, surge a seguinte indagação: Qual seriam os valores patrimoniais encontrados na área central de Fortaleza que possibilitariam a identificação desses espaços como representativos de sua formação histórico-urbana?

É na tentativa de responder essa pergunta de partida que surgiu a necessidade de pesquisar essa temática.

Portanto essa pesquisa caminha de forma a identificar quais os valores patrimoniais encontrados no espaço urbano da área central da cidade de Fortaleza que possibilitem a compreensão da importância histórica e cultural do lugar, corroborando para a preservação/valorização do mesmo.

2 OBJETIVOS

Geral:

Elaborar um estudo que possibilite identificação de um quadro urbano representativo da história urbana fortalezense – materializado em sua forma urbana -, criando um quadro referencial que possa balizar possíveis propostas de preservação / valorização desta área sob o ponto de vista do patrimônio cultural edificado.

Objetivos específicos:

1. Identificar os valores patrimoniais existentes no espaço urbano – na sua forma urbana - nos elementos, símbolos, equipamentos e edificações - do centro da cidade de Fortaleza, que compõem uma unidade de relevante interesse do patrimônio cultural formados ao longo da história urbana da cidade;
2. Discutir a relação desse acervo histórico com o contexto ao qual se insere no presente.
3. Analisar os instrumentos legais preservacionistas que possibilitem a proteção da área de interesse patrimonial;
4. Refletir sobre a implementação desse conjunto histórico na ótica do desenvolvimento urbanístico de Fortaleza.

3 METODO

Em termos teórico-metodológico será abordado o método histórico com o enfoque na história urbana e da forma urbana. Entende-se que a partir desses procedimentos metodológicos, haverá o resgate da memória das edificações e equipamentos remanescentes na área central da capital. Portanto, esse método irá responder o primeiro objetivo específico da dissertação, ao possibilitar remontar a memória dos bens existentes no lugar.

Visando responder o terceiro e quarto objetivos específicos do trabalho, faremos uso da pesquisa documental no que se refere à legislações específicas do patrimônio cultural do município de Fortaleza. Esse produto poderá ser catalogado nas instâncias governamentais responsáveis pela proteção, tais como Secultfor, Secult e Iphan. Nesses órgãos, outras informações de caráter documental serão compiladas por conterem documentos referentes à memória das construções e da história de Fortaleza. Far-se-á uma análise nos materiais existentes no arquivo do dessas instâncias e na Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel, visando reunir mais informações históricas. Para isso a pesquisa bibliográfica e documental será fundamental na coleta e na análise das informações. Na pesquisa bibliográfica, serão utilizados os autores Castro (1987), Jucá Neto (1993, 2012), Lemenhe (1991), Nascimento (2011), Ponte (2010), no que diz respeito à formação do patrimônio cultural fortalezense. Lamas (2011) e Rossi (2001) como aportes da história urbana e da forma urbana. Choay (2006), Reis Filho (2000), Salvadori (2008), Sant'anna (1995/2004), Vieira (2008), dentre outros autores que por sua ampla inserção no estudo do patrimônio cultural fornecerão subsídios teóricos para aprofundamento da questão da preservação do patrimônio e da compreensão da formação espacial da área histórica de Fortaleza.

4 DESENVOLVIMENTO

Pensar criticamente sobre o tema do patrimônio cultural, no que diz respeito a sua preservação na cidade de Fortaleza, especialmente do seu acervo arquitetônico, requer olhar sobre o (re)arranjo espacial/urbanístico de conjunto. De acordo com Choay (2011), patrimônio histórico,

(...) designa um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum: obras e obras-primas das belas artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e savoir-faire dos seres humanos. Em nossa sociedade errante, constantemente transformada pela mobilidade e ubiquidade de seu presente, “patrimônio histórico” tornou-se uma das palavras-chave da tribo midiática. Ela remete a uma instituição e a uma mentalidade. (CHOAY, 2006, p.11).

Acerca da abrangência do significado de patrimônio histórico e o que deva ser passível de proteção, a Carta de Veneza de 1964, contribui no sentido de que a partir dela, a visão de que somente monumentos artísticos e cidades com rico acervo arquitetônico eram passíveis de preservação, foi se tornando paulatinamente ultrapassada,

ARTIGO 1º - A noção de monumento histórico compreende a criação arquitetônica isolada quanto o sítio urbano ou rural que porte testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Ela se estende não somente às grandes criações, mas também às obras modestas que adquiriram com tempo uma significação cultural. (CHOAY, 2011, p.169).

No entanto, a mudança de paradigma a nível nacional, ocorreu somente a partir da década de 1980, onde se redefiniu o conceito de valor histórico e passou a catalogar os sítios e equipamentos históricos que possuíam importância documental (SANT’ANNA, 1995). Portanto, os lugares, edificações, elementos que contam como se desencadeou a formação da história daquele sítio, deveriam encontrar-se devidamente protegidos.

Um dos principais motivos que tornam tão assertiva a necessidade de preservação da memória é a função educativa do patrimônio histórico, salientada por SALVADORI (2008).

Um patrimônio, por isso, é capaz de estabelecer relações – de continuidade, ruptura, permanência ou mudança – entre as várias dimensões do tempo: o tempo passado condensado na herança, o tempo presente, momento do seu recebimento e o tempo futuro, processo no qual vai sofrendo nítidas mutações de sentido. Assim, um patrimônio se constitui pela

valorização, material e/ou simbólica, dada a um bem ou a um conjunto de bens que se deixa como herança. No caso dos monumentos, portanto, tem uma função educativa. (SALVADORI, 2008, p.12).

O passado sempre estará presente nos espaços de convivência e será analisado nesse tempo atual, portanto não há como desvincular os tempos de outrora da realidade rotineira, pois o passado está entrelaçado no cotidiano dos homens, embora não tenhamos necessariamente consciência disso. Vivemos em uma realidade em que as transformações ocorrem de forma dinâmica e rápida, em que o novo possui um maior apelo mercadológico e a especulação imobiliária predatória torna a luta pela preservação contundente para que a memória do lugar permaneça para as próximas gerações.

Visando apreender como o centro de Fortaleza se estrutura espacialmente, a contribuição de Lamas (2011) é essencial. O autor disserta em sua obra “Morfologia Urbana e Desenho da Cidade (2011)” sobre como se pode realizar a leitura do espaço a partir dos seus elementos,

É através da sucessão e estruturação de formas de dimensões sectoriais que compreendemos as formas à dimensão urbana, e pela articulação destas que passamos à dimensão territorial. A forma de um bairro será composta de diferentes unidades espaciais (ruas, praças, pátios, jardins, etc.). E a forma de uma cidade

será composta de elementos cuja escala é diferente: bairros, vias, nós viários, parques, etc. A decomposição da forma é um processo que se relaciona quer com a análise que com a concepção do espaço. O desenho urbano- por necessidades da estrutura mental e operativa humana organiza a forma pela adição e composição dos elementos morfológicos, ou formas de escalas inferiores. (LAMAS, 2011, p. 76)

Outro aporte teórico para a análise da forma e da história urbana da área central fortalezense é a do italiano Aldo Rossi (2001), através de sua análise a cidade por dois olhares, o autor afirma que é possível o entendimento dos processos intrínsecos a formação de uma urbe, sobre esses dois modos de se compreender o meio urbano tem-se que: o primeiro consiste em analisá-la como um artefato arquitetônico e o segundo ocorre por meio de um estudo de seus entornos, de seus fatos urbanos (elementos que constituem a estrutura da cidade). Outra consideração fundamental abordada por Rossi (2011) é sobre o significado das permanências no tempo presente, que se constituem como um passado que é ainda experimentado no momento atual. A identificação dessas permanências dar-se-á através dos monumentos, das edificações, do traçado urbano e do plano. É por meio dessas permanências que a história urbana pode ser comprovada e recontada.

A seguinte passagem nos elucida a compreender a relação dos elementos primários com a cidade e a

identificá-los no rol de diversos componentes constituintes da urbe:

A cidade é constituída por partes; cada uma dessas partes é caracterizada; ela tem, além disso, elementos primários em torno dos quais se agregam edifícios. Os monumentos são pontos de referência da dinâmica urbana; são mais fortes que as leis econômicas, enquanto os elementos primários não o são de forma imediata. (ROSSI, 2001, p.142)

Rossi trata sobre o método histórico e de como ele é fundamental para nos permitir compreender a hipótese sobre as cidades, pois ela é por si própria, o acervo da história. E por esse viés que se buscará desvelar o processo de configuração da história da forma urbana de Fortaleza e identificar no patrimônio edificado, os valores remanescentes e responsáveis por contar a memória da capital cearense. Sobre o método, o autor nos fornece por meio de dois ângulos: o primeiro diz respeito à cidade como artefato e o segundo trata da história como fundamentação dos fatos urbanos e de sua estrutura, ou seja, a própria história legítima e delimita a cidade.

Percebe-se que há um consenso no bairro Centro, de um espírito do lugar que remonta de como se processou um momento relevante na história urbana – e consequentemente, da história da forma urbana - de Fortaleza. A presente pesquisa vai ao encontro dessa

identificação dos valores patrimoniais do lugar, em sua forma urbana.

Nesse sentido, identificamos a necessidade da elaboração de um estudo sobre a história da forma urbana de Fortaleza. É esse estudo que irá identificar os diversos tempos históricos vivenciados nesse núcleo urbano.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa encontra-se na fase de leitura do material catalogado na pesquisa documental e bibliográfica. Somado a isso, os espaços públicos da área central estão sendo analisados por partes, como sugere Rossi (2001) para a compreensão da formação urbana do bairro. Os próximos passos serão a imersão no lugar, a partir de visitas técnicas, visando registrar como se encontra o estado atual desse acervo patrimonial.

6 REFERÊNCIAS

CASTRO, J. L. de. **Arquitetura eclética no Ceará**. In: Fabris, Annateresa (org.) *Ecletismo na Arquitetura Brasileira*. São Paulo, Editora USP, 1987.

CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio**. 3ª. Ed. – São Paulo: Estação da Liberdade: UNESP, 2006.

CHOAY, F. **O patrimônio em questão: antologia para um combate**: tradução João Gabriel Alves Domingos. – Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2011.

JUCÁ NETO, C. R. **A Ciência Responde à Desordem: Transformações Urbanas em Fortaleza durante o Século XIX e Início do Século XX**. 148fls. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal da Bahia. Salvador, 1993.

JUCÁ NETO, C. R. **Primórdios da Urbanização no Ceará – Fortaleza**: Edições UFC: Editora Banco do Nordeste do Brasil, 2012.

LAMAS, J. **Morfologia Urbana e Desenho da Cidade**. 6ª. Ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.

LEMENHE, M. A. **As razões de uma cidade: conflito de hegemonias**. – Fortaleza: Stylus Comunicações, 1991.

NASCIMENTO, J. C. do. **(Re) Descobriram o Ceará? Representações dos sítios históricos de Icó e Sobral: entre areal e patrimônio nacional** – Salvador: EDUFBA: PPGAU; - Florianópolis: ANPUR, 2011.

PONTE, S. R. **Fortaleza Belle Époque: reforma urbana e controle social 1860-1930**. 4ª E.d. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2010.

REIS FILHO, N.G. **Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil 1500/1720**. 2ª. Ed. São Paulo: Pini, 2000.

ROSSI, A. **A arquitetura da cidade**. 2ª. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

SALVADORI, M. A.B. **História, Ensino e Patrimônio**. Araraquara, SP: Junqueira & Marin, 2008.

SANT'ANNA, M. **Da Cidade-Monumento à Cidade-Documento: A trajetória da norma de preservação de áreas urbanas no Brasil (1937-1990)**. 268fls. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal da Bahia. Salvador, 1995.

SANT'ANNA, M. **A cidade- atração: Normas de preservação de centros urbanos no Brasil dos anos 90**. 399 fls. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2004.

VIEIRA, N. M. **Gestão de sítios históricos: a transformação dos valores culturais e econômicos em programas de revitalização em áreas históricas** – Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2008.

NOTAS

ⁱ O Sphan corresponde ao atual Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional).

ⁱⁱ Foram tombadas seis cidades mineiras no ano de 1938: Diamantina, Mariana, Ouro Preto, São João Del Rei, Serro e Tiradentes.